

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

SODRÉ, Nelson Werneck. Nelson Werneck Sodré (depoimento; 1987. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.
33 p. dat. ("Projeto Memória da Petrobrás")

Nelson Werneck Sodré
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

Esta Entrevista foi realizada na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Maria Ana Quaglino e José Luciano de
Mattos Dias

levantamento bibliográfico e roteiro: José Luciano de
Mattos Dias

conferência da transcrição: Maria Ana Quaglino

sumário: Sandra Soares e José Luciano de Mattos Dias

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: Maria Ana Quaglino

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Ilma da Fonseca Pinto

local: Rio de Janeiro - RJ

data: outubro de 1987

duração: 1 h 20 min

fitas cassete: 02

páginas datilografadas: 33

SUMÁRIO

Entrevista: Participação no início da Campanha do Petróleo; histórico da campanha; o papel da imprensa na campanha; o problema do petróleo no meio militar; Horta Barbosa; eleições de 1950 no Clube Militar: a participação do entrevistado; a presidência do general José Pessoa no Clube Militar (1944); a presidência do general Salvador César Obino: a abertura do Clube ao debate da questão do petróleo; o relacionamento com o general José Pessoa; Escola de Estado-Maior; a crise no Clube Militar; Estillac no Ministério da Guerra de Vargas: um erro político; a posição do grupo nacionalista no Clube Militar: esquerdismo; a vinculação do Partido Comunista com a tese do monopólio estatal; posições na diretoria do Clube Militar: a impossibilidade de recuo; a abrangência da Campanha do Petróleo no meio militar; o aumento de filiação ao Clube e sua relação com as eleições de 1950; a articulação política da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa: a oposição a Dutra; a relação entre a chapa vencedora e o governo Vargas; balanço do governo Dutra; Estillac; as manobras de Vargas para compor seu governo (1950); conversa do entrevistado com Estillac; consequências do envolvimento na Campanha do Petróleo: saída da Escola de Estado-Maior; condições essenciais para a compreensão do problema do petróleo no Brasil: a Guerra Fria e a luta interna em torno de Vargas; participação na campanha após o afastamento da Escola de Estado-Maior; participação na campanha após a saída do Clube Militar (1952); a corrente nacionalista contra o Estatuto do Petróleo; o Jornal de Debates; a participação dos militares na Campanha do Petróleo; a oposição ao projeto de Vargas: o triunfo da Lei nº 2.004 e a derrota de Vargas; a crise no Clube Militar: o artigo sobre a Guerra da Coreia e seus desdobramentos; os presidentes da Petrobrás: a ausência de nacionalistas.

Entrevista: 8.10.1987

M.Q. - Professor Nelson Werneck, gostaríamos de perguntar ao senhor quando começou a sua participação na questão do petróleo? E que o senhor nos falasse como se deu o convite para a sua entrada na diretoria do Clube Militar, que teve uma importância muito grande na própria luta pela constituição do monopólio estatal do petróleo.

N.S. - A minha participação na campanha foi muito anterior à minha ida para o Clube Militar fazendo parte de uma diretoria. Como indivíduo, eu já participava da campanha. Fui eleito diretor cultural do Clube Militar na diretoria cujo presidente era o general Newton Estillac Leal. Ele ganhou as eleições e foi presidente entre 1950 e 1952, um período crucial na luta pelo petróleo, porque a Lei nº 2.004 é de 1953. Então o Clube Militar, as lutas do Clube Militar, a diretoria do general Estillac e eu pessoalmente fomos colhidos nessa tempestade que foi a Campanha do Petróleo. A rigor, eu começo a participar no ambiente do Clube Militar em 1950.

M.Q. - O senhor poderia falar da sua participação nessa luta, nessa discussão sobre petróleo no período que antecedeu sua entrada no Clube Militar? Quando o senhor começou a participar, a discutir a questão do petróleo?

N.S. - Evidentemente, a data eu não me recordo. Mas a Campanha do Petróleo começou desde que se tornou público, e com pouca divulgação, o documento em que o general Horta Barbosa, no Estado-Maior do Exército, deu início a uma proposta de exploração do petróleo brasileiro. Como se sabe, o petróleo brasileiro foi descoberto sob a égide do Conselho Nacional do Petróleo, num lugar chamado Lobato, por coincidência, na Bahia, local em que o general Juarez Távora negava peremptoriamente que houvesse petróleo, e até acusava Cordeiro, que era o defensor da idéia de que ali havia petróleo, de um procedimento incorreto.

Então a campanha se iniciou, a princípio em proporções reduzidas, em áreas reduzidas, e depois foi crescendo. Creio que o crescimento da campanha se deveu muito mais à toada de seus opositores, dos opositores à tese de uma exploração estatal sob o regime de monopólio, do que aos seus defensores, que de início não eram muitos, nem eram importantes — tirante evidentemente a figura do general Horta Barbosa, que teve um destaque especial na solução do problema em toda a campanha. A campanha foi para a imprensa e depois para o rádio — naquele tempo não havia televisão no Brasil — e começou a empolgar. Foi a maior campanha de opinião que esse país já assistiu. Nunca mais houve uma campanha das mesmas dimensões. O refrão " O petróleo é nosso " foi escrito nos muros, nas fachadas das casas, nas porteiras das fazendas, por toda parte. Não havia pequena cidade do interior que não tivesse uma legenda " O petróleo é nosso ". Evidentemente empolgou uma variedade enorme de defensores, desde os comunistas até pessoas conservadoras, o que foi a sua grande qualidade. Por isso mesmo foi a grande campanha de opinião. Ela abraçou a sociedade brasileira de alto a baixo, sem distinção de classes, de credos religiosos e mesmo de posições políticas ou político-partidárias. Havia defensores da tese do monopólio estatal em todos os partidos, e pessoas de todas as posições políticas, mesmo fora dos partidos ou de credos religiosos. Havia defensores na área do governo e havia defensores na área de oposição. A luta política no Brasil era muito acirrada nessa época, e no entanto a campanha se avolumou de uma forma extraordinária! Contando sempre com a imprensa e o rádio mobilizadíssimos contra a tese do monopólio estatal. Absolutamente contra! Só houve um jornal, dos grandes evidentemente, que esposou, que aceitou a tese do monopólio estatal. Não foi um combatente da tese, mas aceitou-a: foi o Diário de Notícias, que desapareceu depois. Diário de Notícias dirigido pelo jornalista Orlando Ribeiro Dantas. Havia pequenos jornais, evi

dentamente, como o jornal de Matos Pimenta, o Jornal de Debates, que teve um papel importante. Mas era um jornal de fraca circulação, circulava praticamente no Rio de Janeiro. O Diário de Notícias tinha uma circulação mais ampla, era um jornal da grande imprensa, e foi importante porque, embora não fosse um combatente, ele acolheu o material dos defensores da tese do monopólio.

De sorte que a campanha foi tempestuosa e só pode ser compreendida dentro de um quadro geral que, do ponto de vista internacional, se define como o período da guerra fria, está inserido no período da guerra fria, que teve uma influência considerável no mundo todo e nos acontecimentos internos do Brasil, desde aquela época até hoje, e do ponto de vista interno está inserido nas lutas políticas acirradas de então, que tiveram como pivô particularmente a figura de Getúlio Vargas, deposto em 1945 por um golpe militar e eleito por voto popular em 1950, tendo governado de 1950 a 1954, quando se suicidou. Então essas duas condições — a condição internacional da guerra fria e a condição interna da luta política acirrada do varguismo e do antivarguismo — que vão ter grande influência no desenvolvimento da campanha pela exploração do petróleo, colocando em destaque a tese Horta Barbosa que era a tese da exploração pelo Estado sob o regime de monopólio.

M.Q. - Professor Nelson, antes de entrarmos propriamente na questão da campanha, como o senhor disse que participou, acompanhou a questão do petróleo no período anterior à própria campanha, e já que o senhor era um militar e que a questão do petróleo começou muito antes dentro do próprio Exército, eu gostaria que o senhor nos falasse se acompanhou essa movimentação nos meios militares, por exemplo, na época da criação do Conselho Nacional do Petróleo, e nos dissesse mais ou menos como estavam organizados os militares em torno da questão do petróleo. Quais eram as correntes que existiam? Quem defendia e quem não defendia a ques-

tão do petróleo? Quais eram as posições que começaram a se definir ainda na década de 30?

N.S. - Bom, no meio militar o problema do petróleo chegou a través da toada da campanha geral em favor da tese do monopólio levantada no Estado-Maior do Exército, portanto na intimidade das forças armadas, do alto comando, por um homem de grande integridade, que já era um chefe militar muito respeitado, que foi o general Horta Barbosa, positivista, homem conhecido, excelente engenheiro, um homem cuja nomeada não vinha da função, vinha de seu valor próprio: ele tinha valor próprio. Acrescido a esse valor funcional, ele era subchefe do Estado-Maior do Exército, o que deu um extraordinário relevo a campanha. Acho que ela se iniciou no meio militar e logo adquiriu muitos adeptos pela autoridade do general Horta Barbosa e pela sua origem no Estado-Maior do Exército. Então ela saiu de um órgão oficial, saiu de um órgão de poder!

Quando a campanha se avolumou, se acirrou e apaixonou os defensores de um e de outro lado, evidentemente dividiu também a opinião no meio militar. Então distinguiram-se chefes militares que eram defensores da tese Horta Barbosa e chefes militares que se opunham à tese Horta Barbosa. Aos defensores da tese Horta Barbosa se aliaram desde logo grandes chefes, como Estevão Leitão Carvalho, Carnáuba, Felicíssimo Cardoso, Raimundo Sampaio, um número enorme, que me arriscaria aqui de cometer a imprudência de esquecer alguns. Como opositores, os que mais se distinguiram foram Eurico Gaspar Dutra, Juarez Távora, que foi o campeão da luta contra a tese do monopólio estatal, e Cordeiro de Farias, que definiu-se como chefe da corrente anti-estatal e depois, nas lutas do Clube Militar, foi o candidato de oposição a Estillac Leal. Quando em 1950 surgiu a campanha do Clube Militar para a renovação da diretoria, Cordeiro foi o candidato de um lado, candidato do lado contra a tese do monopólio, e Estillac foi o candidato do lado que es

posava a tese do monopólio. Essa tese do monopólio foi preponderante, a meu ver, embora esse divisor de águas tivesse sido marcado apenas na questão do Clube Militar.

M.Q. - Isso anteriormente não estava muito bem-definido?

N.S. - Não. E nunca se chegou a definir bem, a não ser pelo nome de alguns personagens, porque eram generais, porque eram chefes conhecidos, nunca se chegou bem a delimitar uma área e outra área. O que ajudou a delimitar foi a campanha de sucessão à presidência do Clube Militar, à direção do Clube Militar, porque um dos candidatos se definiu contra a tese e o outro candidato já vinha se definindo a favor da tese.

M.Q. - Como se deu o convite para o senhor integrar a diretoria que foi defender a tese do monopólio estatal?

N.S. - Eu era professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e acompanhava o desenvolvimento da campanha, não só a campanha pelo petróleo, mas também a campanha de sucessão no Clube Militar, do qual eu nem era sócio. Fui convidado a compor a chapa por elementos que estavam trabalhando para a candidatura do general Estillac.

M.Q. - Quem lhe fez o convite? Quais as pessoas?

N.S. - Não me lembro o nome deles. Mas foram vários, vários companheiros, inclusive alguns da própria Escola de Estado Maior. Não foi o Estillac, porque eu não o conhecia pessoalmente. Não foi Horta Barbosa, porque eu também não o conhecia pessoalmente - Horta foi candidato a vice na chapa Estillac. Fui convidado e aceitei a participar da campanha. A chapa foi muito bem constituída. Era uma chapa ampla: defendia a tese do monopólio estatal como um dos pontos principais, mas defendia muitos outros pontos, inclusive aumento de vencimentos para militares - o Código de Vencimentos e Vantagens dos militares foi levantado por essa corrente militar.

De sorte que aceitei isso em bons termos, porque apreciava o general Horta e o general Estillac, as teses que eles defendiam e as teses que os companheiros defendiam

no problema do Clube Militar. E o Clube Militar já estava integrado na luta do petróleo. Porque já se haviam realizado no Clube Militar as conferências em que de um lado Juarez Távora e de outro lado Horta Barbosa expuseram as suas teses, os seus pontos de vista e os seus argumentos. Foi anterior à direção Estillac-Horta, portanto anterior à minha entrada para a diretoria do Clube Militar. Eu me tornei sócio em 1950, fui eleito com a chapa em 1950 e ali trabalhei de 1950 a 1952. Aí a campanha se avolumou no Clube Militar e fora dele. Mas o desencadear dela no Clube Militar antecedeu 1950. Foi na presidência Obino, se não me engano até na presidência José Pessoa.

M.Q. - As palestras, parece que foram em 1948, na gestão do Obino*. Mas me parece que no período do general Pessoa, que foi o que antecedeu, já havia temas na própria Revista do Clube Militar defendendo posições nacionalistas em determinadas questões.

N.S. - Certamente. A presidência de José Pessoa abriu uma fase nova no Clube Militar por uma característica: o Exército passou com o general Dutra sete anos ministro da guerra, como se dizia, e depois cinco anos, me parece, presidente da República. Foi um desastre para o Exército pela sua maneira fascista de se conduzir, pelo seu arbítrio! Como o Estado Novo, que antecedeu toda essa luta, era um regime de força, e na Constituição que vigorou no Estado Novo havia um célebre artigo 177, que permitia ao governo transferir militares para a reserva a seu bel-prazer, sem processo nenhum, havia uma coação da opinião. Então a candidatura José Pessoa à presidência do Clube Militar, como uma candidatura de oposição, significava despreço a Eurico Gaspar Dutra, não me lembro se nessa época ministro ou presidente da República.

M.Q. - Presidente da República*.*

N.S. - Então a vitória de José Pessoa significou que ha-

*As palestras se iniciam em 1947, ainda na gestão José Pessoa.

*.*Em 1944, quando o general José Pessoa foi eleito, Dutra era Ministro da Guerra.

via uma corrente militar que se opunha às orientações do presidente Eurico Gaspar Dutra, e se opunha desde o tempo em que ele era ministro. Depois veio o general Obino, que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército — não sei se era chefe na época em que foi presidente —, e que tinha na sua diretoria elementos que vinham da época José Pessoa. Elementos que propuseram a Obino, e Obino aprovou, que o Clube Militar se abrisse ao debate da questão do petróleo, argumentando que os militares defensores da tese do monopólio estatal estavam sendo espancados nas ruas. Aqui, na praça Marechal Floriano, foram espancados o general Felicíssimo e o general Leitão de Carvalho, grandes chefes militares, foram espancados pela polícia de Dutra porque estavam fazendo um comício pró-tese do monopólio estatal*. Então propunha-se ao general Obino que abrisse o debate ali porque, sendo o Clube Militar protegido pela sua própria condição de associação de militares, seria impossível ao general Dutra intervir no Clube Militar e impedir, desde que se abrisse a campanha com debate em que falasse dois lados: propunha-se que falasse Juarez, que era o mais extremado defensor da tese antimonopólio, e Horta, que era o campeão da tese do monopólio. Então esta abertura do Clube Militar ao debate do problema do petróleo em suas salas, em seus salões, que colocou o Clube Militar no movimento pró-petróleo, foi anterior à direção Estillac-Horta.

M.Q. - O senhor tinha relações mais antigas com o general Pessoa.

N.S. - Fui ajudante-de-ordens do general José Pessoa em 1938. E aceitei ser ajudante-de-ordens, função que não desejava, porque ele tinha sido preso pelo general Dutra, ministro da Guerra. Então o convite de um homem que estava em desfavor do poder era irrecusável. Fui então seu ajudante-de-ordens, privei com ele, fomos para Mato Grosso — ele comandou a então região militar de Mato Grosso — e depois, quando ele veio de Mato Grosso para o Rio de Janeiro

* Este episódio ocorreu em 1948, e as palestras de Horta Barbosa e Juarez Távora no Clube Militar foram realizadas em 1947.

com uma alta função, eu me senti à vontade para pedir para voltar ao meu regimento, que era regimento de província. Ele estranhou muito que eu não quisesse vir para o Rio de Janeiro, para a capital, mas providenciou isso e nós ficamos quites.

M.Q. - Mas o senhor não se lembra, então, das pessoas que lhe fizeram o convite para integrar a diretoria do Clube Militar.

N.S. - Não me lembro, as pessoas, eu não me lembro, mas eram colegas, era gente de mesmo nível, não eram chefes.

M.Q. - Tinham as mesmas posições?

N.S. - Tinham as mesmas posições. Eram da minha intimidade: colegas de colégio, colegas de escola, colegas da atividade militar.

M.Q. - Nas suas memórias o senhor diz que não tinha a intenção de ficar como diretor, porque estava muito atarefado na época com a Escola de Estado-Maior.

N.S. - É verdade, eu não tinha a intenção. Mas me foi pedido que aceitasse participar da eleição, ficando depois com a liberdade de sair. Nessas condições, aceitei integrar a chapa. Porque eu estava extremamente sobrecarregado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e dava grande importância a esse trabalho que eu já vinha fazendo. Exerci três anos essa função lá. Então passei seis anos na Escola de Estado-Maior: três como aluno e três como professor. E não queria me afastar, queria prosseguir ali. Mas eleito, tendo a campanha assumido uma tonalidade agressiva, tendo apaixonado extraordinariamente a opinião e tendo desencadeado uma violenta ofensiva da grande imprensa e do rádio contra o Clube Militar, contra a tese do monopólio, achei que não devia sair. Só saí quando fui tirado da Escola de Estado-Maior e transferido para o Rio Grande do Sul.

M.Q. - O pivô da crise no Clube Militar foi aquele artigo...

N.S. - Da Coréia.

M.Q. - ... da Coréia. O senhor conta muito bem nas suas memórias que a Revista saiu sem sua presença lá, que o senhor estava no Sul e não tinha conhecimento daquele artigo. E foi realmente um artigo bastante provocativo. Mas não foi só o artigo da Coréia; o número da Revista suscitaria muitas polêmicas dentro do próprio Exército, pela forma como ele estava organizado. Como o senhor explica isso? Como o diretor da Revista deixou que esse número saísse assim? Porque realmente — o senhor me desculpe a expressão — era cutucar a onça com vara curta.

N.S. - Bom, em primeiro lugar, eu não era o diretor da Revista. O diretor da Revista era o então major Humberto Freire de Andrade. Eu era diretor do departamento cultural.

M.Q. - Ao qual a Revista estava subordinada.

N.S. - Estava subordinada. Mas não só a Revista como os cursos, o curso de preparação à Escola de Estado-Maior, a biblioteca, tudo o que compunha a atividade cultural do Clube Militar. Jamais intervi na Revista, não é da minha índole. Se fosse hoje seria a mesma coisa. A Revista estava entregue a um companheiro que era o diretor, e esse companheiro fazia a Revista com liberdade! Eu nunca intervi na Revista, nunca disse para publicar isso e deixar de publicar aquilo, e continuaria hoje na mesma posição. Eu não tomei conhecimento. Só tomei conhecimento do artigo sobre a Coréia depois de publicado e de desencadeada a tempestade. E julgo que ele foi um pretexto para a tempestade, não foi a causa da tempestade.

Muitos anos depois eu cheguei à conclusão que à luta do Clube Militar foi mal colocada. Porque em 1950, quando se levantou a candidatura Estillac, a tese de defesa do monopólio estatal do petróleo, nós compusemos uma frente muito ampla! Muito ampla, sem nenhum sectarismo, sem nenhuma violência de linguagem, com posições defensáveis por pessoas das convicções as mais diversas. Mas no

decorrer da campanha, acossados no Clube Militar pela grande imprensa, que acusava de comunistas por sermos defensores da tese do monopólio estatal, nós nos extremamos. Por isso fomos derrotados em 1952; Estillac foi candidato à reeleição e foi derrotado. Por outros motivos também, porque ele tinha aceito ser ministro da Guerra de Vargas, passou ali alguns meses, não se agüentou, nem podia se agüentar...

M.Q. - Aliás, isso foi muito interessante porque, ele aceitar essa nomeação sabendo do problema todo que estava ocorrendo... E o senhor, nas suas memórias, diz que perguntou a ele por que ele ia aceitar.

N.S. - Eu tive uma conversa com ele. Porque eu sempre me pautei no Exército por dizer a verdade, mesmo a superiores, desagradável ou não. Há uma maneira polida de se dizer as coisas! Eu posso dizer a coisa mais terrível, mas de uma maneira polida. E na campanha de 1950, em favor da chapa Estillac-Horta, eu comecei a conviver com o Estillac, com Horta, com os outros companheiros que seriam depois a diretoria, e na diretoria convivemos também. Estillac foi um dos homens mais eminentes que o Exército já conheceu. E os textos dos discursos dele que eu transcrevo nas memórias mostram qual era seu pensamento político, como ele realmente era um homem que tinha cabeça política! E era coerente nas suas posições. Estillac era um remanescente de tenentismo. Então, quando ele aceitou a nomeação, eu fui a ele e disse peremptoriamente que era um erro político.

M.Q. - Exatamente. Inclusive sem fazer nenhuma exigência.

N.S. - A primeira pergunta que fiz a ele foi a seguinte: "General, o senhor tem condições para modificar o alto comando?" — porque o alto comando era preponderantemente contra ele, contra a posição do Clube Militar. Ele disse: "Ah, isso não tenho." "Então o senhor vai se suicidar. E deve partir do princípio que caberá ao Getúlio todo o di

reito de lhe demitir, porque ele não vai enterrar o governo dele por sua causa. " Ele disse: " Não, mas ele tem um compromisso comigo. " " Está bem então vá em frente ". Ele foi e se arrebentou. Porque ele, como presidente do Clube Militar, seria sempre uma reserva de ministro, estaria na crista da onda. E ele, como ministro demitido, teria evidentemente uma queda de status, inclusive de status militar. Mais tarde talvez ele tenha se convecido disso, não voltei a discutir o problema com ele. Estivemos juntos muitas vezes depois, ele ainda no ostracismo, conversamos muito, mas eu não cobrei isso dele. Porque o que tinha sido fato consumado, não importava voltar atrás. Ele me procurou no Rio Grande. Eu tinha sido transferido para um regimento no Rio Grande, estava no comando, e ele apareceu lá em viagem particular, foi me procurar no regimento, era um domingo, nos fechamos numa sala e rememoramos tudo: dissemos tudo o que tínhamos que dizer um ao outro. Estillac depois cometeu outros erros. Mas este de ter aceito a função de ministro da Guerra sem forças para exercê-la me pareceu o erro fundamental.

M.Q. - Exato. Inclusive minou a resistência de vocês.

N.S. - Completamente. Agora, a nossa posição no Clube Militar era posição politicamente errada. Não era errada quanto à tese do monopólio estatal. Era errada quanto à linguagem, era errada porque nós começamos a constituir um pequeno grupo que queria dar o destino do Exército, da nação. E sempre que isso acontece aos militares é em desfavor dos militares e em desfavor da tese que esse grupo defende. Mas nós pensávamos que tínhamos condições para isso. Porque a questão do Clube Militar tornou-se a questão central do Brasil inteiro! Na imprensa e no rádio saíam diariamente 250 tópicos, sueltos, entrevistas artigos contra a direção do Clube Militar! E não colocavam o mérito da questão. Mesmo no caso da Coréia. Não colocavam, por exemplo, que era necessário mandar tropa para a Coréia. Apenas colocavam o seguinte: " São comunistas, são comunistas " — esse era

o refrão. Então não entraram no mérito, mas colocavam a tabuleta. Uma tabuleta eficaz. E nós ajudamos! Ajudamos com nossos erros. Quando vi era tarde, e há certas oportunidades, certas etapas da vida em que não há recuo. Eu me lembro que atravesssei a pé a ponte do rio Paraná, perto de Três Lagoas, que é uma ponte de 1.021 m, onde não há estrada: são os dormentes, os trilhos e armação, a estrutura de ferro. Comecei a atravessar com outros companheiros, e alguns se sentiram mal — a ponte do Paraná deve estar a uns 40 m acima do nível das águas. Mas não havia recuo! Não havia recuo! Então, uns segurando os outros por mais de um quilômetro, chegamos do outro lado. No caso do Clube, chegou o momento em que não havia recuo: era ir em frente. E nós fomos em frente.

M.Q. - Dentro do Exército vocês eram de fato a esquerda, não é?

N.S. - Éramos a esquerda. Essa posição é que foi errada!

M.Q. - Havia elementos vinculados ao PC, militares de esquerda que eram do PC?

N.S. - Não. Na Campanha do Petróleo sempre existiu a presença dos comunistas, que têm um poder de mobilização e um ativismo sempre desenvolvido. Na questão do Clube Militar houve a presença, eu não digo de pessoas, mas a influência comunista! Quanto a pessoas, eu não poderia, seria errado da minha parte...

[FINAL DA FITA 1-A]

N.S. - ... errado e até indecoroso que eu declinasse identidades. Posso dizer que, quanto a mim, naquela época, a acusação de comunista era honrosa, mas não era verdadeira. Eu entrei na campanha, que era uma campanha de frente; a Campanha do Petróleo não era uma campanha comunista, era uma campanha de frente, e por isso foi vitoriosa. O Clube Mili-

tar adotou uma posição esquerdista. A posição da tese do monopólio estatal não era esquerdista em si, mas o Clube adotou uma posição esquerdista, em que houve a influência de correntes comunistas. Agora, indivíduos, eu não sei, e se soubesse, não diria.

M.Q. - Aproveitando a oportunidade, é até interessante perguntar como o senhor vê a posição do Partido Comunista? Porque o PC inicialmente não tinha uma posição firme com relação ao monopólio.

N.S. - Eu não acompanhei assim muito de perto os órgãos do Partido Comunista, a orientação do Partido Comunista. Eu estava muito envolvido com os meus afazeres na Escola e com as atividades no Clube, não acompanhei. Mas eu me lembro que eles tinham uma posição, a princípio eles queriam resolver sem a tese do monopólio, com alguns resguardos... Tiveram uma posição não muito clara, mas de qualquer maneira não esposaram de início a tese do monopólio. A tese do monopólio nasceu do general Horta, foi esposada pela nação, mas não era inicialmente a posição do Partido Comunista. Depois é que se tornou a posição do Partido Comunista. De modo que é como eu digo, e posso afiançar que estou dizendo a verdade, hoje sou um homem livre e posso dizer o que bem entendo: a acusação quanto a mim individualmente era honrosa — considero uma honra ser comunista —, mas não era verdadeira. Eu não era comunista, não defendi a tese do monopólio estatal por ser comunista. E também não fiz parte da diretoria do Clube Militar porque era uma posição comunista, nada disso. Embarquei nisso, fui levado numa corrente e permaneci fiel. São essas posições em que não há recuo, porque o recuo é pior do que continuar. Então persisti coerente, paguei meu preço por isso, não tenho arrependimento. O artigo da Coréia foi um artigo provocativo. Não havia condições no país para levantar aquela tese de que o Brasil não deveria mandar tropas para a Coréia — eu acho que não deveria mesmo, era a posição de Vargas, aliás. Mas não era para ser levantada

no Clube Militar! Ela nos expôs indevidamente. Expusemos o flanco às ações da propaganda do adversário, que foram de uma violência extrema, e eles nos pegaram desprevenidos, nos pegaram sem o pé apoiado no chão, nos pegaram numa posição errônea, porque não era a posição preponderante nas forças armadas. Então hoje eu não teria essa posição. Mas não teria desde o início. Depois que entrei, não.

M.Q. - Às vezes não dá para recuar mesmo, a gente tem que assumir.

N.S. - Tem que assumir. Agora, foi uma posição errada, uma posição sectária, uma posição esquerdista, e inutilizou a carreira de numerosos oficiais, sem falar no chefe, como o general Estillac.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.D. - Nós temos interesse em ter uma dimensão de como, além dos grupos já organizados com uma proposta definida, tanto o grupo nacionalista como o seu oposto, a arma em geral via a participação dos militares? Como era sentida a campanha pelo próprio Exército em termos gerais, não apenas esses oficiais já integrados com uma proposta definida? Qual o efeito mobilizatório da campanha popular dentro do próprio Exército?

N.S. - A campanha com a tese do monopólio estatal teve grande ressonância no meio militar. Então posso dizer que a maioria da opinião militar era favorável à tese do monopólio. Mas eu já tinha dito aqui que nós não sabíamos o divisor, e portanto a dimensão quantitativa de uma corrente e de outra corrente, porque essa divisão, os limites entre uma e outra foram definidos nas eleições para a direção do Clube Militar em 1950: o candidato Estillac Leal era partidário do monopólio estatal e o candidato Cordeiro de Farias era adversário. Aí as correntes se definiram: como o Es

tillac ganhou, e ganhou por uma margem muito grande, e o Cordeiro era um homem que tinha prestígio no Exército vindo do tenentismo, ficou claro que a posição predominante no meio militar era favorável à tese do monopólio. Então até aí houve uma preponderância da opinião militar em favor da tese do monopólio. Mas eu não tenho a dimensão quantitativa.

J.D. - De qualquer maneira, o senhor menciona nos seus livros que a campanha teve um efeito importante até na transformação da instituição do Clube Militar: que a filiação aumentou, que houve maior interesse nas atividades do Clube. Eu queria que o senhor descrevesse um pouco mais como era esse processo: se foi um processo apenas para a eleição de Estillac, ou seja, a filiação no sentido de conseguir votos, ou se foi um movimento espontâneo no sentido de alterar a posição que o Clube Militar tinha em relação a arma em geral?

N.S. - Não. O aumento quantitativo do número de sócios do Clube Militar que começou com a campanha para a eleição do general Estillac para presidente não se ligou diretamente, não significou uma relação de causa e efeito com a opinião geral a respeito da tese do monopólio. Quer dizer, muitos militares não se tornaram sócios do Clube Militar porque o Clube Militar, a diretoria que pretendia ser eleita, esposasse essa tese. Houve muitos motivos: houve em primeiro lugar uma campanha de opinião, houve o ativismo para aumentar o número de sócios, que já vinha aumentando anteriormente, desde a direção José Pessoa. O Clube Militar era uma coisa insignificante antes da direção José Pessoa. O Estado Novo quase matou o Clube Militar. Então já havia esse proselitismo. Mas acho que a causa principal — isto é uma opinião, pode não ser a verdade — é que a campanha em torno do Código de Vencimentos e Vantagens dos militares, tese levantada pela chapa Estillac-Horta, motivou mais a entrada de novos sócios do que a tese do monopólio estatal

do petróleo. Mas é apenas uma opinião.

J.D. - O senhor já conversou sobre a articulação da chapa? Como foi feita, quais os motivos? O senhor falou uma coisa importante que foi a relação da filiação com o Código de Ven^ucimentos. Então quais foram os outros motivos importantes para a definição dessa corrente e para a definição da chapa? Enfim como foi a articulação política da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa? Que outros componentes, além da questão do petróleo, foram importantes na definição da chapa?

N.S. - O outro componente que eu reputo muito importante foi manter o Clube Militar fora da influência do general Eurico Dutra, então presidente da República. A chapa era de oposição ao governo Dutra, e vinha desde as suas origens em oposição ao ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra.

J.D. - Essa articulação contra o Dutra era uma coisa interna do Exército, um conflito entre os militares dentro do Exército, ou havia uma conotação política clara em termos partidários ou em termos ideológicos?

N.S. - Não havia conotação em termos partidários. Dutra governou, aliás, com uma coalizão. Porque o partido de oposição que tinha levantado a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes compôs com o partido que havia eleito Dutra para presidente: formaram uma frente. Eles se uniram contra o povo brasileiro. Então não houve uma conotação partidária. E não houve uma conotação propriamente ideológica, porque o despreço por Dutra não era uma posição meramente esquerdista, era posição liberal inclusive.

J.D. - Pouco depois da eleição no Clube Militar desenhoun-se a campanha eleitoral, com a definição da vitória do Getúlio. O que significou para a chapa a correspondente vitória do Getúlio?

N.S. - Não houve uma relação de causa e efeito. Houve um paralelismo de ações, porque a chapa Estillac-Horta, e par

particularmente a corrente de opinião militar que acompanhava a chapa, não era coincidente com a corrente político-partidária que levantara e defendera a candidatura Vargas. E mesmo depois na diretoria, tivemos a preocupação de não sermos confundidos. Houve até um ~~excesso~~ de preocupação nesse sentido de não sermos confundidos com a varguismo. Nem Vargas enquanto candidato, nem Vargas enquanto presidente. Tivemos até conflito com ele quando ele já era presidente. Mas a verdade é que Vargas, na campanha presidencial, levantou a tese do monopólio estatal — ele colocou isso claramente nos seus discursos de candidato. A posição dele como presidente foi outra. Então houve coincidência de propósitos nesta faixa, tese de monopólio estatal, exploração do petróleo de modo geral. Mas não houve coincidência na faixa de fazer dele o nosso candidato. Nunca houve isso. Ele não foi o nosso candidato. Possivelmente a maioria daqueles que faziam parte da corrente Estillac-Horta preferiria Vargas, preferiria sem paixão. Porque Vargas era anti-Dutra. O problema era ser anti-Dutra. Porque Dutra durante o Estado Novo e na presidência da República constituiu uma fazenda particular no Exército, em que só os seus afeiçoados faziam carreira. Os que não eram afeiçoados não faziam carreira.

J.D. - É importante para nós percebermos como funcionam esses grupos, porque o Exército é uma corporação em que os códigos de disciplina e os códigos de hierarquia são muito fixos, existem critérios bem claros de ascensão, de mérito, enfim, de promoção. Então como é possível que esses grupos informais de articulação pessoal funcionem dentro do Exército? Onde se localizar dentro do Exército para que disponham de recursos de poder tanto um lado, tanto o setor duartista, como o setor nacionalista? Como é possível montar um grupo numa corporação que tem todos os mecanismos para evitar esse tipo de segregação interna?

N.S. - O desprestígio de Dutra no Exército vinha desde an-

tes do Estado Novo. E persistiu durante o Estado Novo, porque ele foi ministro da Guerra dos seus apaniguados. Persistiu na presidência da República, porque ele foi eleito inclusive surpreendentemente, continuou com a mesma política e foi um presidente altamente reacionário. Foi o Estado Novo com uma fachada democrática de Congresso funcionando etc. Mas foi o prolongamento do Estado Novo, de que ele tinha sido o condestável. O Estado Novo foi uma ditadura exercida por um civil, mas baseada num elemento militar. A estrutura do Estado Novo era militar.

Agora, como se manifestava a opinião militar de despreço por Dutra? Não tinha meios para se manifestar, justamente porque o Exército é uma comunidade fechada, como se diz nesse sociologismo. Mas o Clube Militar atendeu providencialmente a esta necessidade desde o tempo da candidatura José Pessoa e da presidência José Pessoa, inimigo de Dutra e eleito porque era inimigo de Dutra. Então, o que fez o Clube Militar? Captou esse despreço por Dutra, canalizou e expressou esse despreço por Dutra. Então desempenhou um papel importante, politicamente independente de tese de monopólio.

J.D. - Se houve um certo paralelismo entre a eleição da chapa Estillac Leal e a eleição de Getúlio, como o senhor afirmou de certa forma essas paralelas se encontraram na nomeação do Estillac para o Ministério da Guerra. O senhor parece que teve pelo menos um contato muito pessoal com todo esse processo, então eu gostaria que descrevesse como foi, como decorreu esse processo da nomeação do Estillac para o Ministério da Guerra.

N.S. - Bem, Estillac era um remanescente do tenentismo. Tinha relações com Vargas desde o tempo do tenentismo, desde a revolução. Estillac veio com as forças do Sul em 1950. Ele era o chefe da seção de operações: Góis era o chefe do estado-maior e ele era o chefe da seção de operações, o responsável pelas operações. Estillac era um chefe militar

eminente.

Vargas, depois de um período de ditador, passou uma época no ostracismo, retirado na sua fazenda de Itú. Salvo três discursos excelentes que fez no Senado, a respeito da situação econômica e financeira desastrosa do governo de Dutra, ele não teve nenhuma atuação política. Ficou na sua estância de Itú. Mas foi feito candidato. Depois de várias peripécias, aceitou ser candidato. Mas, para ser candidato, para depois ser empossado — há sempre o problema da posse — Vargas necessitava de respaldo militar. E Vargas não tinha respaldo militar! Porque havia sido deposto em 1945 por um movimento militar que congregara a maioria dos chefes militares, que o usaram para fins do Estado Novo e depois o depuseram quando não precisavam mais dele. Vargas também os usou, mas para ser presidente ele necessitava de respaldo militar. Ele trouxe essa coisa surpreendente que é o fato de um homem que foi ditador, que estava no ostracismo, ter sido eleito pelo voto popular! Tratava-se então de montar o seu dispositivo militar, que todo presidente precisa. E ele se lembrou evidentemente de Estillac.

Vargas teve entendimentos com vários chefes militares, porque era um político muito hábil, não guardava ressentimentos, pelo menos aparentemente. Então ele restabeleceu relações. O Mendes de Moraes era prefeito no Rio de Janeiro, um homem eminente do golpe de 1945, e Vargas restabeleceu relações com ele — nunca tinha rompido —, relações políticas: manteve Mendes de Moraes na prefeitura do Rio de Janeiro. E manteve relações com outros chefes, mas a maioria não o queria. Agora, havia um homem, que ele sabia que era um homem importante, que chefiava uma corrente de opinião e com o qual ele poderia contar. Porque Estillac era um chefe militar respeitado, não era um chefe militar qualquer. Não tinha valor por ser general ou por ser comandante disso ou daquilo. Vargas se voltou então para Estillac e fez dele ministro da Guerra.

Contra a minha opinião expressa a Estillac francamente. Mas eu visava o interesse de Estillac, e não o de Vargas. Vargas que resolvesse o problema como bem entendesse.

J.D. - Há uma coisa que foi muito característica do governo Vargas: ele montou uma Assessoria Econômica que operava paralelamente ao sistema administrativo completo e chamou para o sistema administrativo pessoas bem conservadoras, como foi o caso do ministro da Fazenda, como foi o caso do ministro das Relações Exteriores. E justamente onde ele poderia conseguir mais, fazendo uma opção conservadora no Exército, ele fez uma opção, digamos, à esquerda. Como o senhor julga esse episódio?

N.S. - Acho que Vargas terminou a vida dele suicidando-se. Mas foi um suicídio individual: Vargas não era um suicida político. Ele sabia muito bem o que fazia. Foi um chefe político eminente, o maior que a burguesia brasileira conheceu, e não vai encontrar substituto, e ele sabia o manejo das correntes políticas e até dos indivíduos! Ele aliciava. E mesmo o inimigo de ontem, ele fazia amigo hoje. Então ele sabia que não podia, porque o chefe conservador militar seria evidentemente dutrista. Ele sabia que Dutra, que engoliu a sua candidatura a contragosto, não o queria. Dutra conspirou contra ele em 1945, fez tudo o que podia para ele não ser candidato em 1950 e em 1954 também conspirou. E mais vivesse Vargas, mais Dutra conspiraria.

Então Estillac foi o homem adequado para aquele momento. E só servia para aquele momento, até Vargas sentar na cadeira e montar o seu governo! E ele montou o ministério e o governo como sempre fazia, com elementos os mais diversos, antagônicos. A esquerda do governo Vargas em 1950 era composta por Estillac e Danton Coelho, ministro do Trabalho — pasta sensibilíssima para o jogo político brasileiro, pasta da qual Jango Goulart havia sido deposto pelos militares. Então ele utilizou Danton Coelho, que era homem que tinha tido um papel muito importante no levantamento da sua

candidatura, era um varguista convicto, e Estillac, que era um homem anti-Dutra, anti-Góis, anti tudo aquilo que era reacionário no Exército, tudo aquilo que era conservador. Mas ele utilizou enquanto pôde. Depois houve um momento de ruptura. Saiu Danton Coelho, saiu Estillac.

J.D. - Falando há pouco sobre o convite a Estillac, o senhor mencionou a sua opção pessoal no sentido de demove-lo de assumir o Ministério da Guerra. O senhor poderia esclarecer como foi esse aconselhamento?

N.S. - Eu esclareci para a sua companheira de trabalho como foi essa conversa penosa. Penosa para ele, não para mim. Mas foi uma conversa reservada, num local reservado, conversamos só nós dois e eu disse a ele: "Não aceite. Isso vai ser o seu suicídio." Ele disse: "Não. Vargas tem compromissos comigo." E eu disse: "Ele vai se desfazer desses compromissos quando não precisar dos seus serviços."

M.Q. - Professor Nelson, na Escola de Estado-Maior do Exército, onde o senhor era professor, como repercutiu todo o seu envolvimento com a questão do Clube Militar, a sua própria posição dentro da campanha do Clube?

N.S. - Bom, eu tinha uma posição muito importante na Escola de Comando e Estado-Maior porque, como chefe de curso e por determinadas condições, eu era encarregado de coordenar o conceito dos oficiais, que é uma coisa que influi na carreira do oficial — ali se prepararam os generais —, e no fim do curso cada um recebe um conceito que é a média dos conceitos dados pelos vários instrutores dos diversos cursos. E eu era o coordenador disso. Então a sorte desses militares estava na minha mão, inclusive.

Quando a questão do Clube Militar começou a se tornar candente, evidentemente o meu prestígio, se posso dizer assim, começou a cair. Então, para eles, tratava-se de me tirar da Escola. Eu tinha amigos inclusive no Estado-Maior do Exército que foram lá e me propuseram negócios: "Saia antes, vá para o Estado-Maior do Exército, vá para

aqui, vá para ali, mas saia da Escola." Eu dizia: "Não. Eles têm que me botar para fora, eu não vou sair." E realmente eles me puseram tranqüilamente para fora, me excluíram. Eu fui praticamente demitido: fui transferido, por ato do ministro, que me tirou do quadro do Estado-Maior e me colocou na tropa, num regimento na fronteira. Quer dizer, tirou a minha função na Escola de Estado-Maior. Eu não fui hostilizado pessoalmente na Escola de Estado-Maior nem pelo comandante. Eles me trataram sempre com respeito. Mas evidentemente a opinião esmagadora ali era contra a posição do Clube Militar e contra o fato de eu ter acompanhado essa posição e me manter nessa posição. Eles estranharam particularmente que eu me mantivesse nela. Porque fizeram tudo para que eu largasse. E gente que veio falar comigo era gente muito importante. Mas há certos negócios que a pessoa não pode fazer.

J.D. - Voltando ao problema da participação no Clube Militar, um dos importantes argumentos ou uma das fontes principais de argumentos contra o monopólio estatal e contra a corrente nacionalista era o perigo da guerra. O perigo da guerra mundial, para a qual o Brasil necessitava rapidamente utilizar as suas reservas naturais para o apoio à aliança com os Estados Unidos. E evidentemente dentro do Clube Militar o tema guerra fria era de uma importância fundamental. Nós gostaríamos que o senhor dimensionasse como ideologicamente e concretamente se colocava o problema na época?

N.S. - Eu já tive oportunidade de dizer que todo esse problema do petróleo, o problema do Clube Militar, só pode ser entendido por duas condições: a principal, a geral, a internacional é a guerra fria; e a interna, a luta política acirrada que havia então, em torno de Vargas particularmente. Só compreendendo o ambiente criado por essas duas coisas é que a gente pode entender como se desenvolveram essas lutas aqui.

A nossa posição no Clube Militar, a posição da chapa Estillac-Horta, era evidentemente anti-americana — o grupo que estava lá. A opinião da maioria do Exército eu não sei qual era; porque o Exército é um pouco silencioso. Você não pode jamais dimensionar a opinião preponderante porque não há meios para isso, não há eleições, não há coisa para isso. Mas eu estou certo, o argumento principal dos adversários da tese do monopólio e dos adversários da diretoria Estillac-Horta no Clube era justamente a necessidade de manter incólume a aliança com os Estados Unidos, que por fatalidade nós tínhamos que seguir os Estados Unidos em tudo o que eles quisessem e bem entendessem! Nossa opinião era completamente diferente. Nós não tínhamos nada que acompanhar os Estados Unidos, e portanto não tínhamos nada que mandar tropa para a Coréia, e não tínhamos que acompanhar aquelas orientações que foram peculiares especialmente ao governo Dutra e que depois destruíram o governo Vargas, como a Carta-Testamento demonstra.

Então nossa posição era esta e condicionou muito o nosso isolamento, porque toda a grande imprensa e o rádio — não havia televisão — concentraram fogo em cima. Foi uma campanha maciça contra, como eles sempre fazem. Em 1954, — a Lei nº 2.004 é de 1953 —, quando Vargas foi praticamente deposto, eles fizeram uma campanha de opinião que eles chamam cruzada — a imprensa americana chama "fazer uma cruzada", quer dizer, todos os jornais, todas as rádios, televisões, concentram fogo em cima de uma pessoa ou de uma tese. Aí o efeito é demolidor! Mata-ram o major Vaz num dia e três semanas depois, exatamente, matematicamente, Vargas se suicidou. Quer dizer, em três semanas eles subverteram o país. Levaram primeiro Vargas ao isolamento político, derrotaram-no politicamente, depois o mataram.

M.Q. - O senhor foi afastado da Escola em maio de 1950 e

em maio de 1951 foi para o Sul, onde ficou. De lá o senhor acompanhou o desenrolar dos acontecimentos?

N.S. - Acompanhei o desenrolar dos acontecimentos. Continuei acompanhando o desenrolar dos acontecimentos porque, como fui colocado na fronteira e como tinha muitos anos de serviços, eu tinha direito a uma coisa que não sei se existe hoje, que é licença-prêmio. Eu tinha direito a cada decênio de serviços meus tirar três meses de licença-prêmio. Então todos os anos eu tirava três meses e vinha para cá para a luta do Clube Militar. Fazendo isso, eu burlei a manobra deles de me tirarem do cenário. Eu tinha três meses de licença-prêmio e um mês de férias, então passava quatro meses aqui: eu passava quatro meses no Rio e oito meses no Rio Grande. Todos os anos eu fiz isso.

J.D. - E após a saída da diretoria do Clube, esses quatro meses foram dedicados a quê?

N.S. - Estillac foi candidato novamente em 1952 e foi derrotado pelo general Etchegoyen. Etchegoyen esposou também a tese antimonopólio estatal e foi eleito. Mas não foi eleito por esposar a tese antimonopólio: foi eleito pela campanha maciça deliberada contra o Clube Militar, contra a corrente Estillac-Horta.

J.D. - Vamos voltar bem no início na questão do petróleo no Brasil, que desde a criação do Conselho Nacional do Petróleo já se tratava de uma questão militar: foi elaborada por militares e realizada por uma articulação militar. O senhor acompanhou essa questão em 1938 ou ela era tão sigilosa...?

[FINAL DA FITA 1-B]

J.D. - ... que não chegou ao seu conhecimento?

N.S. - Eu acompanhei enquanto ela foi sigilosa, porque a

tese surgiu no Estado-Maior do Exército, de que era sub-chefe o general Horta Barbosa. Enquanto estava nesses ambientes fechados, não tinha ainda mobilizado e apaixonado a opinião, evidentemente eu nem sabia. Mas desde que a te se foi lançada ao público para ser esposada ou negada, eu passei a acompanhá-la. Inclusive em 1942 fui para a Bahia, onde cheguei na véspera dos torpedeamentos dos navios brasileiros, levando um grupo de artilharia motorizada. E nós só movimentávamos as viaturas com o petróleo da pequena refinaria de Mataripe*, que era em frente ao meu quartel. Então eu já esposava a tese antes — isso em 1942 —, já via a importância que havia: todos os Exércitos estavam sendo motorizados, inclusive o Exército brasileiro, que se preparava para mandar uma força expedicionária com material americano, portanto material motorizado, não foi nenhum cavalo para a guerra.

M.Q. - Professor Nelson, desculpe interrompê-lo, mas eu gostaria de saber como foi sua atuação na Campanha do Petróleo depois de sua saída da diretoria Estillac do Clube Militar? Porque a campanha se estendeu até 1953 e a gestão do general Estillac acabou em 1952. Como o senhor e o grupo da antiga diretoria continuaram atuando — se é que continuaram — na Campanha do Petróleo?

N.S. - Depois que nós perdemos o Clube Militar — e nossa derrota vinculou-se justamente à ofensiva contra a tese do monopólio estatal —, nós perdemos as melhores condições para atuar na Campanha do Petróleo. Mas como a Campanha do Petróleo tinha angariado o apoio de numerosos chefes militares eminentes, muitos na reserva, como o general Leitão, o general Felicíssimo Cardoso, o general Raimundo Sampaio e outros mais — foram muitos os chefes militares que aceitaram a tese do monopólio —, eles constituíram o Centro de Defesa do Petróleo e das Riquezas Nacionais**. Tinham um pequeno jornal — Felicíssimo Cardoso foi o diretor desse jornal —, e nós acompanhávamos nesse

* O entrevistado equivocou-se: Mataripe só foi inaugurada em 1950.

**O nome correto é Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional.

jornal, na Câmara e nos comícios sempre que podíamos. De todas as formas ao nosso alcance nós persistimos na campanha. Com um problema sério: Vargas havia apresentado um projeto à Câmara, quando ainda estávamos na direção do Clube Militar, um projeto que estava distante daquilo que postulávamos. Inclusive Horta Barbosa se colocou contra esse projeto e a direção do Clube Militar se colocou contra: fizemos documentos de condenação desse projeto, trabalhamos intensamente na Câmara com os deputados amigos — tínhamos muitos deputados que vinham do tempo da campanha pela eleição de Estillac — e dentro do Exército, onde tínhamos uma grande corrente de opinião no que diz respeito à tese do monopólio, acompanhava o projeto do monopólio. Continuamos na luta evidentemente com muito menos condições para desenvolvê-la.

M.Q. - Voltando a uma questão, na entrevista que o Paulo Pinto Guedes deu ao Cpdoc, o seu nome consta da lista dos militares nacionalistas. Nós gostaríamos de saber se o senhor já atuava na época da campanha contra o Estatuto, se o senhor já estava mobilizado, integrado com os militares nacionalistas contra o Estatuto do Petróleo-isso fora do Clube Militar.

N.S. - Mobilizadíssimo. Eu já fazia parte da corrente militar nacionalista, e sempre que podia, nas oportunidades que podia, escrevia na imprensa. A imprensa, enquanto direção do jornal, tinha uma posição opinativa a respeito do monopólio contrária, mas a gente sempre colocava determinados problemas em forma de artigos ou entrevista a favor do monopólio. Então eu já estava há muito tempo mobilizado na corrente nacionalista. Já trabalhava nisso mesmo na Escola de Estado-Maior.

M.Q. - Com relação à imprensa, havia a imprensa que estava voltada para a defesa da tese do monopólio estatal, ainda que de forma incipiente.

N.S. - Só o Diário de Notícias e pequenos jornais, como o Jornal de Debates.

M.Q. - O Jornal de Debates tinha uma linha que incluía diversas correntes, tinha uma linha que aceitava exatamente o debate entre as diversas correntes — ali publicavam todas as pessoas contra e a favor — e tinha também o peso de pessoas vinculadas ao Partido Comunista. Num determinado ponto, parece que houve uma cisão entre o jornal e os comunistas. O senhor acompanhou isso?

N.S. Não, não acompanhei de perto. Eu me lembro do Jornal de Debates. O Jornal de Debates chamou Jornal de Debates porque, num tempo praticamente de ditadura — porque não era a ditadura que foi o Estado Novo, mas o governo Dutra foi uma ditadura prática —, a censura à imprensa, com um desfavor da imprensa que poderia ser oposicionista, era uma coisa notória. Então Matos Pimenta, que era um grande corretor de imóveis, imaginou que se ele fundasse um jornal aberto ao debate, quer dizer, aberto a todas as correntes, isso tornaria viável a publicação do jornal. E ele financiava isso com os lucros de corretor de imóveis, porque o jornal dava prejuízo. Então ele se tornou Jornal de Debates justamente pela heterogeneidade.

Como eu lembrei aqui, a abertura do Clube Militar à questão do petróleo se deu com os debates entre Juárez e Horta. E os defensores da tese do monopólio levantaram para a direção, que era do general Obino, argumentaram com o general Obino que era preciso abrir os salões do Clube, porque os militares estavam sendo espaldeirados na rua, mas particularmente para dar lugar às duas correntes para discutirem, para debaterem. E foi esta a razão pela qual o general Obino — que não era partidário da tese do monopólio estatal mas era um homem democrático — abriu os salões para falarem Juárez, de um lado, e Horta Barbosa, de outro. A questão era colocar o debate de uma forma aberta, democrática. A origem do nome Jornal de De-

bates foi essa.

Depois, se houve uma crise entre o jornal e os comunistas... Os comunistas acompanharam a princípio, como eu disse, eles não eram partidários da tese do monopólio. Como Monteiro Lobato nunca foi: foi adversário acerbado disto, achava que governo não explorava petróleo. A posição de Lobato a respeito do petróleo foi uma posição equivocada-ele foi meu amigo, eu sabia disso particularmente. Mas a separação entre comunistas e outros elementos que trabalhavam ou escreviam para o jornal, os detalhes eu não sei. Sei que originariamente o Jornal de Debates era um jornal amplo, chamado de Debates para comportar isso. Se depois naturalmente, houve alguma coisa lá entre eles... O Matos Pimenta era um homem um pouco opiniático, era o dono do jornal, então problema da opinião do dono do jornal, mesmo um jornal até de esquerda, é um problema muito sério. Mas eu não conheço em detalhes o problema. A minha resposta é insuficiente.

J.D. - Vou fazer uma pergunta mais geral porque uma coisa que realmente chama a atenção é que tanto o formulador da tese do monopólio estatal como vários outros militares que participavam e giravam em torno do general Horta Barbosa tinham uma forte formação positivista. Como o senhor vê essa formação positivista dentro do Exército agora, depois de tantos anos? Qual a importância da mentalidade positivista, e como ela se ligou a essa campanha do monopólio estatal, na sua visão pessoal?

N.S. - Olha, o positivismo só é importante no Brasil. Só foi importante no Brasil. Nem na França ele foi importante politicamente. Comte foi um professor, a influência dele foi diminuta politicamente. Agora, aqui no Brasil, singularmente, ele entrou através dos militares. Porque Benjamin Constant e outros eram positivistas, fizeram catequese na Escola Militar da Praia Vermelha e constituíram uma corrente positivista. A coincidência é que a corrente

positivista aqui era preponderantemente militar. Havia alguns civis, Teixeira Mendes, Miguel Lemos, mas numericamente ela era militar. E esses militares positivistas eram homens democratas, embora o positivismo não seja democrático. É uma singularidade brasileira que eu só posso explicar através de uma tese levantada por um professor da USP — lá também às vezes tem bons professores [risos] — que fez um livro sobre a história das idéias no Brasil.

J.D. - João Cruz Costa.

N.S. - Cruz Costa, um homem muito importante, e o livro dele muito interessante. Ele diz o seguinte: que o positivismo brasileiro, o positivismo militar brasileiro conciliava antípodas. Permitia posições avançadas sem rompimento com bases de pensamento tradicionais. Então esses homens militares positivistas eram avançados em muita coisa, inclusive na tese do monopólio, avançados na defesa da república e tudo o mais, eram retrógrados em outras coisas. Mas essas outras coisas não eram postas em questão. Então essa conciliação entre um lado positivo e um lado negativo ocorreu apenas no Brasil e na área militar. Porque mesmo Teixeira Mendes e Miguel Lemos eram retrógrados.

J.D. - Duas pessoas que vão ser entrevistadas por nós têm uma evolução curiosa: saem de uma formação positivista e vão para uma formação marxista. Como o senhor vê esse outro ponto de trajeto, ou seja, a evolução do positivismo para o marxismo?

N.S. - Eu não sei, porque o indivíduo se torna marxista por diversos motivos, inclusive o caminho intelectual: estuda o marxismo e esposa aquelas idéias marxistas. Outros por simpatias pelos desfavorecidos da vida, outros por uma situação pessoal, por uma série de coisas. Agora, por que se faz a trajetória positivismo-marxismo, eu ignoro. É uma trajetória como outra qualquer. Há marxistas que vieram do existencialismo, agora, depois da guerra. O Ro-

land Corbisier era direitista, fascista, existencialista, hoje é marxista. Os caminhos são muito variados, porque o ser humano é muito variado.

M.Q. - Professor Werneck, como o senhor via o projeto de Vargas, o projeto de criação da Petrobrás, na versão da Assessoria Econômica? Quais eram os problemas que o senhor via nesse projeto?

N.S. - O projeto de Vargas que foi encaminhado ao Congresso foi pessimamente visto pela diretoria do Clube Militar, que tinha uma posição definida a respeito da tese do monopólio estatal. Porque ele não defendia a tese do monopólio estatal, abria diferentes brechas. E a singularidade da Lei nº 2.004 é que ela triunfou destruindo o projeto Vargas, quando Vargas tinha sido um candidato à presidência da República que defendera em praça pública a tese da exploração estatal do petróleo. Eu não me lembro se ele empregava o termo monopólio, mas exploração estatal, empregava. E depois se tornou um presidente que encaminhou um projeto que era estatal e que não era monopolista. Foi violentamente combatido por nós e nos separou completamente de Vargas — Estillac já tinha deixado o ministério. Mas nos separou, nós o combatemos violentamente. Inclusive a coleção da Revista do Clube Militar, que é um documento inestimável para a história da época, contém trabalhos, artigos, condenando o projeto Vargas. E no Congresso o projeto foi aprovado com o voto dos maiores adversários de Vargas, politicamente e partidariamente. São esses problemas da vida política, aparentemente inexplicáveis, mas que têm sempre explicação. Na verdade o projeto Vargas foi derrotado: a Lei nº 2.004 foi uma derrota de Vargas no Congresso. Uma das figuras mais importantes da Campanha do Petróleo que levou grande parte da UDN — partido acerrimamente adversário — a votar pela Lei nº 2.004 foi Bilac Pinto. Um homem que se tornaria célebre na vida política brasileira.

M.Q. - Com uma postura inclusive muito mais radical do que

o próprio substitutivo*...

N.S. - Mais radical. Eu me lembro que o Chateaubriand ficou furioso com ele. Chateaubriand estava empenhadíssimo contra! Acusou a UND de tudo, o Bilac Pinto também. Mas o Bilac Pinto tinha as costas quentes, estava muito bem. Vargas foi derrotado. E Vargas, então, para uns era entreguista, para outros era um nacionalista que a UDN atacava. Na verdade em 24 de agosto de 1954 Vargas estava sozinho. Todos tinham-se separado dele. E se ele não tivesse aquela extraordinária intuição de dar um tiro em si próprio, e portanto polarizar a opinião, desvendar o quadro com a Carta, ele seria um homem até esquecido pelas massas. Mas o nome dele continua a ser um fator político até hoje.

J.D. - O episódio central de toda a crise do Clube Militar, que no fundo deve estar por trás da sua transferência, foi o episódio do artigo da Revista na guerra fria. O senhor menciona nas suas memórias que não teve conhecimento da elaboração dessa Revista. Eu gostaria que o senhor descrevesse esse processo. Qual a perspectiva do major Humberto Frei de Andrade e quando publicou esse artigo? Qual o motivo? Não houve uma percepção de que o momento não era, digamos, propício para esse tipo de coisa?

N.S. - Eu já respondi a isso. Mas não me custa dar uma nova resposta. O artigo da Coréia foi um erro político. Eu já disse que a nossa posição no Clube Militar foi politicamente errônea do ponto de vista que nós nos deixamos isolar. E, politicamente, as forças, se isoladas são derrotadas. Em 1964 mesmo, o governo, o governo Goulart estava politicamente derrotado, não foi militarmente derrotado. O golpe militar apenas sancionou uma derrota política. Em 1954 Vargas também estava derrotado, quando lançou mão da Carta daquele expediente do suicídio. Mas o artigo da Coréia, eu não o conhecia antes de ser publicado, porque jamais lia matéria que ia para a Revista tinha um diretor que não era eu. Então eu não exercia nenhuma espécie de censura,

* Referência ao substitutivo do deputado Eusébio Rocha.

nem mesmo de examinar para saber. Depois eu fiquei coerente com a posição de apoio, porque não podia discrepar. Aí eu não tinha saída. Considero que foi um erro, um erro político.

M.Q. - Professor Werneck, nós encerramos as nossas perguntas e agradecemos muito seu depoimento.

N.S. - Posso acrescentar duas palavras?

M.Q. - Ah, sim. Isso é de praxe inclusive.

N.S. - Reparem bem no seguinte: o primeiro presidente nomeado por Vargas para Petrobrás foi Juracy Magalhães. Adversário acérrimo de Vargas, do monopólio estatal e de qualquer tese nacionalista. O inventor da célebre frase: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil." E eu posso fazer uma afirmação que vocês poderão confirmar: a Petrobrás jamaís teve um presidente nacionalista! Nenhum dos elementos que fizeram a campanha da Petrobrás, a campanha da tese do monopólio estatal, foi integrado em órgãos de direção da Petrobrás. Nenhum presidente da Petrobrás era nacionalista e nem foi na presidência! O único presidente da Petrobrás que era nacionalista, e não pôde fazer uma política coerente, foi Francisco Mangabeira, que passou pouco tempo e numa fase muito conturbada — eu tenho que ser justo para excluí-lo. Porque nenhum, nem Osvino Ferreira Alves, que foi presidente nomeado por Jango Goulart e que pertencia a uma corrente, era nacionalista. Mas Osvino era um homem que, na crise de 1964, estava ao lado do governo constituído. Ele não era nacionalista. Então a Petrobrás jamaís foi dirigida por nacionalistas! Pelo contrário, os nacionalistas ali foram sempre expurgados. Eu não falo de engenheiros, líderes, sindicais etc., porque ela sempre teve nacionalistas, mas estes foram convenientemente expurgados em 1964. A Petrobrás tornou-se um asilo de marechais e foi sucessivamente dirigida por generais que eram antinacionalistas! Entre os mais antinacionalistas estava Ernesto Geisel, que assinou os con

tratos de risco. Isso eu quero deixar firmado, porque tenho um depoimento que me compromete que vai ficar arquivado aí. Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

